

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Apresentação da coleção.....	7
Nota à 2.ª edição.....	9
Obras dos Autores.....	11

Introdução

1. Objetivo deste estudo.....	33
2. Evolução dos institutos fundamentais do processo civil.....	34
3. Novos perfis do procedimento de cognição.....	35
4. Plano do trabalho.....	36

1

Fundamentos do processo civil moderno

1.1	Conceito e fins do processo civil.....	37
1.1.1	A lide e o processo	37
1.1.2	O processo e outros métodos de solução de controvérsias	38
1.1.3	Processo e direito material.....	40
1.1.4	Estrutura do processo.....	40
1.2	Transformações da sociedade e do direito material, e consequente aumento da importância do processo no atual contexto jurídico-social.....	41
1.3	Processo e direito à participação procedimental.....	44
1.4	Função jurisdicional.....	46
1.4.1	Noção de jurisdição	46
1.4.2	A função jurisdicional no Estado Constitucional Democrático de Direito	48



1.4.3	Juiz, sistema de regras e princípios e criação da solução jurídica.....	48
1.4.4	Repercussões da solução jurídica apresentada pelo órgão jurisdicional.....	50
1.4.5	Jurisdição contenciosa e voluntária.....	51
1.4.6	Tutelas preventiva (“inibitória”) e ressarcitória	52
1.5	A relação jurídica processual e seus princípios.....	53
1.5.1	O processo como sistema interacional.....	53
1.5.2	Proteção da legítima confiança.....	56
1.5.3	Boa-fé objetiva processual	58
1.5.4	Cooperação entre os sujeitos do processo.....	60
1.5.5	Economia processual.....	61
1.6	Processo e procedimento	62
1.6.1	Repercussão da distinção. Normas processuais e normas procedimentais.....	62
1.6.2	Adequação do procedimento ao direito material.....	63
1.6.3	Tipicidade e atipicidade dos procedimentos.....	64
1.6.4	Déficit procedimental e flexibilização dos procedimentos. Análise de alguns exemplos.....	65
1.7	Garantias mínimas do processo, decorrentes do princípio do devido processo legal	67
1.7.1	<i>Due process of law</i> , processo “justo” ou “equitativo”.....	67
1.7.2	Direito de ação e tutela jurisdicional adequada	69
1.7.3	Contraditório efetivo e direito das partes ao diálogo com o órgão jurisdicional. As “decisões surpresa”	71
1.7.4	Duração razoável do processo	72
1.7.5	Motivação das decisões judiciais.....	75
1.7.6	Princípio do juiz natural e sua violação	76
1.7.6.1	A preocupação com a imparcialidade do juiz.....	76
1.7.6.2	Juízos de exceção	76
1.7.6.3	Princípio da identidade física do juiz.....	76
1.7.6.4	Acesso ao órgão colegiado nos tribunais.....	77
1.7.7	Princípio da publicidade.....	78

2

Exercício da ação, formação e desenvolvimento do processo

2.1	Requisitos processuais	79
-----	------------------------------	----

2.1.1	A função dos requisitos processuais.....	79
2.1.2	Relação entre os pressupostos processuais e as condições da ação	81
2.1.3	Requisitos <i>do processo e dos atos</i> realizados ao longo do procedimento	83
2.2	Exercício da ação	85
2.2.1	Conteúdo da ação.....	85
2.2.1.1	Princípio da demanda e direito de ação	85
2.2.1.2	Elementos da ação.....	86
2.2.2	Noção de parte processual.....	87
2.2.2.1	Partes processuais como <i>centros de interesse</i>	87
2.2.2.2	Isonomia processual e “paridade de armas”	87
2.2.2.3	Capacidade processual e capacidade postulatória como requisitos do ato de demandar	88
2.2.2.4	O advogado e suas prerrogativas.....	89
2.2.2.4.1	O direito da parte à participação ativa no processo e a sua representação por advogado	89
2.2.2.4.2	Representação por advogado e capacidade postulatória.....	90
2.2.2.4.3	As prerrogativas do advogado na defesa dos interesses de seu constituinte	91
2.2.2.5	A Defensoria Pública e sua função institucional	92
2.2.2.6	O Ministério Público como parte e como <i>custos legis</i>	94
2.2.3	Pluralidade de partes: litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros	96
2.2.3.1	Litisconsórcio e suas modalidades. O litisconsórcio multitudinário	96
2.2.3.2	Litisconsórcio <i>unitário ulterior</i> e assistência litisconsorcial	98
2.2.3.3	Litisconsórcio <i>ativo facultativo ulterior</i>	99
2.2.3.4	Litisconsórcio <i>necessário passivo</i> , incidência do art. 47 do CPC e ausência de requerimento, pelo demandante, de citação daqueles que deveriam figurar como litisconsortes. A intervenção <i>iussu iudicis</i>	99
2.2.3.5	Litisconsórcio <i>necessário</i> no polo <i>ativo</i> e incidência do art. 47 do CPC.....	100



2.2.3.6	Assistência simples	101
2.2.3.7	Intervenção de pessoa jurídica de direito público, no caso do art. 5.º da Lei 9.469/1997.....	102
2.2.3.8	<i>Amicus curiae</i> e sua intervenção em hipóteses não previstas em Lei	103
2.2.3.9	Denúnciação da lide e chamamento ao processo	106
2.2.3.10	Denúnciação da lide individual, coletiva e <i>per saltum</i> . Possibilidade de vedação de denúncias sucessivas	108
2.2.3.11	Oposição	109
2.2.3.12	Nomeação à autoria.....	110
2.2.3.13	<i>Perpetuatio legitimationis</i> , substituição das partes e sucessão processual	110
	<i>Quadro sinóptico 1 – Condição do terceiro, após a intervenção</i>	111
2.2.4	Condições da ação.....	111
2.2.4.1	Modalidades e função das condições da ação	111
2.2.4.2	Legitimidade ordinária e extraordinária. Legitimidade para as ações coletivas	112
2.2.4.3	Carência de ação e resolução do mérito.....	113
2.2.5	Espécies de ação.....	115
2.2.6	Citação.....	119
2.3	Jurisdição e competência.....	120
2.3.1	Inércia inicial da jurisdição.....	120
2.3.2	A jurisdição como pressuposto de existência do processo.....	120
2.3.3	<i>Animus iudicandi</i>	121
2.3.4	Imparcialidade do juiz: impedimento e suspeição. Distinção entre <i>imparcialidade</i> , <i>neutralidade</i> e <i>passividade</i> do juiz.....	121
2.3.5	Jurisdição e competência	122
2.3.6	Limites à jurisdição brasileira. Imunidade de jurisdição.....	123
2.3.7	Competência absoluta e relativa	124
2.3.7.1	Repercussão da distinção	124
2.3.7.2	Incompetência relativa e prorrogação da competência	124
2.3.7.3	Necessidade de concessão de tutela de urgência e incompetência absoluta	125
2.3.7.4	Nulidade da decisão proferida por juízo absolutamente incompetente e <i>translatio iudicii</i>	125



	2.3.7.5	Nulidade de cláusula de eleição de foro e reconhecimento judicial <i>ex officio</i> da incompetência relativa...	126
2.3.8		Principais questões que envolvem a definição do juízo competente	128
	2.3.8.1	Critérios a serem considerados	128
	2.3.8.2	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i> . Validade de sentença proferida antes da modificação de competência absoluta	130
	2.3.8.3	Prevenção	131
	2.3.8.4	Ação relativa a <i>imóvel</i> e a <i>contrato</i> que tenha por objeto direito sobre imóvel	131
	2.3.8.5	Ação de desapropriação, competência absoluta e <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	131
	2.3.8.6	Ação indenizatória relativa a danos morais decorrentes de matéria jornalística publicada na <i>internet</i>	132
	2.3.8.7	Ação movida por consumidor contra fornecedor.....	132
	2.3.8.8	Ação de indenização proposta por dependente de trabalhador falecido em acidente de trabalho	133
	2.3.8.9	Ação que envolve interesse de criança ou adolescente	134
2.3.9		Conflito (explícito e implícito) de competência	134
2.4		Relação entre causas: litispendência, continência e conexão	136
	2.4.1	Identificação dos elementos da ação	136
	2.4.2	Identidade integral, litispendência e coisa julgada	137
	2.4.3	Continência e litispendência parcial: extinção ou reunião de causas	138
	2.4.4	Conexão e reunião de causas	138
	2.4.5	Conexão por prejudicialidade	139
	2.4.6	Identidade entre pedido e/ou causa de pedir em ações coletivas: litispendência ou conexão?	140
2.5		Atos processuais	141
	2.5.1	Noção de ato processual	141
	2.5.1.1	Finalidade dos atos processuais	141
	2.5.1.2	Forma dos atos processuais e princípio da instrumentalidade	141
	2.5.1.3	Publicidade dos atos processuais e segredo de justiça	142
	2.5.2	Prática dos atos processuais por meios eletrônicos	142

2.5.3	Atos das partes e ônus processual.....	143
2.5.4	Atos do órgão jurisdicional	143
2.5.4.1	<i>Atos e pronunciamentos</i> judiciais	143
2.5.4.2	Distinção entre sentença, decisão interlocutória, despacho e “ato meramente ordinatório”	144
2.5.4.3	Os auxiliares da justiça e os atos por eles praticados....	145
2.5.5	Preclusão para as partes e preclusão para o juiz. A questão dos prazos impróprios.....	148
2.5.6	Problemas relativos à observância dos prazos processuais	150
2.5.6.1	Prazos legais e judiciais, peremptórios e dilatórios. Alteração judicial de prazo peremptório e proteção à legítima confiança das partes	150
2.5.6.2	Tempo para a prática dos atos processuais e regra geral para contagem dos prazos.....	151
2.5.6.3	Observância do horário de expediente forense, mesmo em se tratando de ato a ser praticado via <i>fax</i>	153
2.5.6.4	Diversidade de critérios, em se tratando de apresentação de <i>petição eletrônica</i>	154
2.5.6.5	Prazo em dobro (art. 191 do CPC) e ato a ser praticado por apenas um dos litisconsortes.....	154
2.5.6.6	Prazo em dobro (art. 191 do CPC) e revelia de um dos corréus.....	154
2.5.6.7	Incidência do art. 188 do CPC.....	155
2.5.6.8	Não se cumulam os benefícios referidos nos arts. 188 e 191 do CPC.....	155
2.5.6.9	Configuração e demonstração da justa causa pela parte e devolução do prazo (art. 183 do CPC)	155
2.5.6.9.1	Regra geral	155
2.5.6.9.2	Erro nas informações existentes no site do tribunal ou no Diário da Justiça eletrônico. Distinção.....	156
2.5.6.9.3	Prazo comum e carga dos autos por uma das partes	156
2.5.7	Atos processuais de comunicação.....	157
2.5.7.1	Citação e intimação.....	157
2.5.7.2	Intimação <i>eletrônica</i> e “autointimação”.....	158
2.5.7.3	Cartas.....	159
2.5.8	Vícios dos atos processuais	160

2.5.8.1	Espécies de vícios processuais.....	160
2.5.8.2	Princípios relativos aos vícios processuais.....	161
	<i>Fluxograma 1</i>	164

3

Processo (ou fase processual) de conhecimento

3.1	Processo e fase de conhecimento	165
3.2	Procedimentos sincréticos e fases de conhecimento e de execução	165
3.3	Procedimento comum (ordinário e sumário).....	166
3.4	Procedimentos especiais, sumário e ordinário: opções do demandante....	167
3.5	Procedimentos especiais, flexibilização e atipicidade dos procedimentos.	168
	<i>Fluxograma 2</i>	169

4

Procedimento ordinário

4.1	Fases do procedimento ordinário.....	172
4.2	Ajuizamento e distribuição da ação	173
4.2.1	Importância e função da petição inicial. O princípio dispositi- vo.....	173
4.2.2	Petição inicial em sentido formal e substancial. O libelo.....	173
4.2.3	Forma da petição inicial	173
4.2.4	Órgão jurisdicional a que é dirigida a petição inicial.....	174
4.2.5	Partes	174
4.2.6	Causa de pedir.....	175
4.2.6.1	Causa de pedir próxima e remota	175
4.2.6.2	Teorias da individuação e da substanciação	176
4.2.6.3	Repercussão da adoção da teoria da substanciação no processo civil brasileiro.....	177
4.2.7	Pedido	178
4.2.7.1	Noções gerais. Princípio da correlação entre pedido e sentença	178
4.2.7.2	Hipóteses em que o juiz não fica limitado ao pedido formulado pela parte.....	179
4.2.7.3	Pedido <i>certo</i> e <i>determinado</i> . Pedido genérico	180
4.2.7.4	Pedido determinado e condenação genérica	181



4.2.7.5	Cumulação (originária ou superveniente) de ações..	181
4.2.7.6	Requisitos para a cumulação, adaptabilidade do procedimento e rejeição de apenas parte das ações	182
4.2.7.7	Pedido alternativo e pedido em ordem sucessiva (ou “cumulação” eventual).....	183
4.2.8	Valor da causa.....	184
4.2.9	Indicação de provas	184
4.2.10	Requerimento para a citação do réu	185
4.2.11	Documentos que devem acompanhar a petição inicial.....	185
4.2.11.1	Documentos indispensáveis (substanciais e fundamentais).....	185
4.2.11.2	Produção de prova documental como requisito da petição inicial	186
4.2.11.3	Consequência da não observância do art. 283 do CPC: indeferimento da petição inicial ou preclusão quanto à produção de prova documental?.....	186
4.2.11.4	Ausência de contestação sobre o fato que deveria ser provado pelo documento não juntado pelo autor.....	187
4.2.12	Distribuição da ação.....	187
4.3	Juízo de admissibilidade da ação.....	188
4.3.1	Juízo de admissibilidade	188
4.3.2	Emenda da petição inicial (juízo de admissibilidade ordinatório)	188
4.3.3	Momento processual de aplicação do art. 284 do CPC.....	189
4.3.4	Necessidade de fundamentação, natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento que determina a emenda da petição inicial.....	189
4.3.5	Juízo de admissibilidade negativo (indeferimento da petição inicial). Hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito e de improcedência do pedido	190
4.3.6	Particularmente, o indeferimento da petição inicial em razão da prescrição.....	190
4.3.7	Rejeição imediata do pedido em razão de já terem sido proferidas outras sentenças de improcedência, em ações que tenham idênticos fundamentos (art. 285-A do CPC)	191
4.3.8	Diferenças e semelhanças entre as situações previstas nos arts. 285-A e 295, IV do CPC.....	193



4.3.9	Juízo de admissibilidade positivo. Inexistência de decisão judicial “implícita”. Efeitos do pronunciamento que ordena a citação.....	194
4.3.10	Possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela, antes da citação.....	196
4.4	Citação.....	196
4.4.1	Opção por uma das modalidades de citação.....	196
4.4.2	Citação de pessoa jurídica e teoria da aparência.....	197
4.4.3	Ocorrência de citação <i>ficta</i> . Repercussão processual.....	198
4.4.4	Ausência da advertência a que se refere o art. 285 do CPC. Consequências.....	199
4.4.5	Efeitos (processuais e substanciais) da citação.....	199
4.4.6	Citação e dívida alimentar.....	202
4.5	Reações do réu.....	202
4.5.1	Linhas gerais.....	202
4.5.2	Reconhecimento da procedência do pedido.....	203
4.5.3	Inércia do réu, revelia (total e parcial) e seus efeitos.....	204
4.5.4	Defesa.....	206
4.5.4.1	Algumas classificações: exceção e objeção, defesa direta e indireta, processual e substancial, peremptória e dilatória.....	206
4.5.4.2	Contestação.....	208
4.5.4.2.1	Contestação e manifestação do princípio do contraditório.....	208
4.5.4.2.2	Contestação e direito de ação.....	208
4.5.4.2.3	Matérias alegáveis na contestação. O problema da incompetência relativa do foro.....	209
4.5.4.2.4	Princípio da eventualidade e concentração da defesa.....	210
4.5.4.2.5	Ônus da impugnação específica.....	210
4.5.4.2.6	Contestação apresentada intempestivamente. Consequências.....	211
4.5.4.3	Exceção de incompetência.....	212
4.5.4.3.1	Apresentação antes ou concomitantemente à contestação.....	212
4.5.4.3.2	Local em que pode ser protocolizada a exceção.....	212



4.5.4.3.3	Suspensão do processo com a mera apresentação da exceção	213
4.5.4.3.4	Nulidade dos atos praticados, enquanto suspenso o processo	213
4.5.4.3.5	Julgamento da exceção e retomada do prazo para a apresentação de outras modalidades de resposta, pelo réu	213
4.5.4.4	Exceções de impedimento ou de suspeição	214
4.5.4.5	Requerimento de limitação do número de litisconsortes, no caso de litisconsórcio multitudinário	215
4.5.4.6	Provocação de intervenção de terceiros	215
4.5.4.7	Impugnação ao valor da causa	216
4.5.4.8	Impugnação ao requerimento de benefício de justiça gratuita feito pelo autor	216
4.5.5	Ajuizamento de ação pelo réu contra o autor, no mesmo procedimento	217
4.5.5.1	Ação autônoma, reconvenção e pedido contraposto	217
4.5.5.2	Pedido contraposto e ação dúplice	218
4.5.5.3	Reconvenção e ação declaratória incidental	219
4.5.5.4	Conexão como pressuposto da reconvenção. Diferenças, em relação ao art. 103 do CPC	219
4.5.5.5	Partes na reconvenção, e admissibilidade desta em relação a terceiros	220
4.5.5.6	Ausência de interesse em reconvir, se o mesmo resultado prático puder ser obtido pelo réu através da contestação	220
4.5.5.7	Reconvenção sem contestação	221
4.5.5.8	Outros aspectos procedimentais relativos à reconvenção	221
4.6	Réplica e outras atitudes possíveis do autor, diante da reação do réu	222
4.6.1	Apresentação de defesa <i>indireta</i> (processual ou substancial) e intimação do autor, para apresentação de réplica	222
4.6.2	Possibilidade de emenda da petição inicial, quanto a vícios de natureza formal	223
4.6.3	Apresentação de defesa de mérito <i>direta</i> , acompanhada de documentos, e observância do princípio do contraditório	223
4.6.4	Surgimento de <i>questão prejudicial</i> e ajuizamento de ação declaratória incidental pelo autor	223
4.7	Antecipação dos efeitos da tutela	224

4.7.1	Antecipação dos efeitos da tutela e outras modalidades de tutelas de urgência	224
4.7.2	Fungibilidade entre antecipação dos efeitos da tutela e tutela cautelar	225
4.7.3	Antecipação dos efeitos da tutela <i>sem urgência</i>	226
4.7.4	Requisitos. A questão da irreversibilidade dos efeitos	226
4.7.5	Efetivação da liminar	227
4.7.6	Revogação ou modificação da decisão que antecipa efeitos da tutela. Ausência de preclusão para o juiz	228
4.8	Julgamento antecipado (total <i>ou parcial</i>) da lide	228
4.8.1	Ausência de controvérsia sobre fatos	228
4.8.2	O requerimento das partes, para que a causa seja julgada antecipadamente, não vincula o juiz	229
4.8.3	A revelia nem sempre conduz ao julgamento antecipado da lide	229
4.8.4	Julgamento antecipado <i>parcial</i> da lide. A hipótese do § 6.º do art. 273 do CPC	230
4.8.5	Julgamento antecipado da lide e cerceamento de defesa	231
4.8.6	Revelia e improcedência do pedido	231
4.8.7	Reconhecimento da prescrição ou da decadência e julgamento antecipado da lide	231
4.9	Outras hipóteses de extinção do processo neste momento processual	232
4.10	Audiência preliminar (de conciliação)	232
4.10.1	Inexistência de nulidade, se não realizada a audiência	232
4.10.2	Hipóteses em que pode ser dispensada a audiência	233
4.10.3	Realização de conciliação e proferimento de sentença homologatória. Amplitude do objeto da conciliação	233
4.10.4	Ausência das partes e decisões proferidas pelo juiz na audiência	233
4.11	Saneamento do processo e prosseguimento do feito	234
4.12	Atividade probatória	235
4.12.1	Princípios gerais	235
4.12.1.1	Função da prova e “livre convencimento motivado” do juiz	235
4.12.1.2	Direito à prova e cerceamento de defesa	237
4.12.1.3	Poderes instrutórios do juiz	238
4.12.2	Tipicidade e atipicidade dos meios de prova	239

4.12.2.1	Atipicidade e procedimento de produção da prova..	239
4.12.2.2	Provas obtidas por meios ilícitos e provas ilícitas por derivação (ou “teoria dos frutos da árvore envenenada”).....	240
4.12.2.3	Prova legal e formalidades <i>ad probationem</i> e <i>ad solennitatem</i>	241
4.12.2.4	Prova por meio eletrônico.....	242
4.12.2.5	Prova estatística	242
4.12.2.6	Prova por amostragem.....	243
4.12.3	Objeto da prova.....	244
4.12.3.1	Fatos jurídicos e fatos simples	244
4.12.3.2	Fatos que não dependem de prova.....	245
4.12.3.3	Prova do prejuízo, em ação de indenização por danos morais	246
4.12.4	Ônus da prova	247
4.12.4.1	Repartição do ônus da prova entre as partes e art. 333 do CPC	247
4.12.4.2	Presunções e inversão do ônus da prova. Recusa em realizar o exame de DNA e presunção de paternidade.....	248
4.12.4.3	Distribuição dinâmica do ônus da prova (teoria das <i>cargas probatorias dinâmicas</i>).....	249
4.12.4.4	Inversão do ônus da prova em ações referentes a relação de consumo e relativas a danos ambientais. Momento processual adequado	250
4.12.5	Realização da prova.....	252
4.12.5.1	Proposição, admissão, produção e avaliação das provas.....	252
4.12.5.2	Realização das provas pré-constituídas.....	253
4.12.5.3	Realização das provas constituendas.....	253
4.12.5.4	Peculiaridades da ação cautelar de produção antecipada de provas	254
4.12.6	Problemas atinentes à produção de provas em espécie	255
4.12.6.1	Depoimento pessoal e confissão	255
4.12.6.1.1	Confissão expressa (judicial ou extrajudicial) ou ficta.....	255



4.12.6.1.2	Relação entre interrogatório, depoimento pessoal e confissão (expressa ou ficta)	255
4.12.6.1.3	Depoimento pessoal de pessoa jurídica, representação por preposto e conhecimento deste sobre os fatos da causa.....	256
4.12.6.1.4	Ordem em que devem ser tomados os depoimentos pessoais, e precedência destes em relação aos depoimentos testemunhais	257
4.12.6.2	Prova documental.....	257
4.12.6.2.1	Noção de documento. Documento eletrônico	257
4.12.6.2.2	Momento da produção da prova documental pelas partes	258
4.12.6.2.3	Exibição <i>forçada</i> de documento ou coisa. Modalidades	258
4.12.6.2.4	Prova emprestada, produzida em outro processo, ingressa nos autos como prova documental.....	259
4.12.6.2.5	Valor probante do documento público.	259
4.12.6.2.6	Valor probante das cópias de documentos e necessidade de autenticação	260
4.12.6.2.7	Fotografias e outras reproduções mecânicas.....	261
4.12.6.2.8	Gravações de vídeos ou conversas telefônicas por um dos interlocutores, e utilização como prova contra o outro, no processo. Ausência de ilicitude	261
4.12.6.2.9	Ausência de impugnação do documento. Consequências.....	262
4.12.6.2.10	Arguição da falsidade (material ou ideológica) de documento	262
4.12.6.3	Prova testemunhal.....	263
4.12.6.3.1	Admissibilidade da prova testemunhal, se existentes outras provas sobre os mesmos fatos	263
4.12.6.3.2	Questões que não admitem prova testemunhal	263



4.12.6.3.3	Ações referentes a obrigações contratuais de valor superior a dez salários-mínimos.....	263
4.12.6.3.4	Pessoas que não podem ser testemunhas e sua oitiva.....	264
4.12.6.3.5	Prazo para a apresentação do rol de testemunhas.....	265
4.12.6.3.6	Interrogatório das testemunhas, princípio da imediação do juiz e reperguntas diretas das partes às testemunhas (<i>direct-examination</i> e <i>cross-examination</i>)... ..	265
4.12.6.3.7	Ausência da testemunha à audiência. Consequências.....	266
4.12.6.4	Prova pericial (e científica)	266
4.12.6.4.1	Admissibilidade	266
4.12.6.4.2	Prova pericial e regras de experiência técnica	268
4.12.6.4.3	Prova pericial <i>simplificada</i> e inquirição do perito e dos assistentes na audiência.....	268
4.12.6.4.4	Qualificação técnica do perito e possibilidade de substituição	268
4.12.6.4.5	Suspeição do perito que funciona como assistente técnico da parte em outra ação	269
4.12.6.4.6	Perda do prazo para a indicação de assistente técnico e de quesitos	269
4.12.6.4.7	Prova científica e art. 436 do CPC. Maior restrição ao “livre convencimento” do juiz, na medida em que menor seja a margem de erro da prova.....	270
4.12.6.5	Inspeção judicial.....	270
4.12.7	Audiência de instrução e julgamento	271
4.12.7.1	Necessidade (ou não) de audiência de instrução.....	271
4.12.7.2	Intimação das partes, para comparecimento à audiência	271
4.12.7.3	Outros cuidados a serem tomados pelo órgão jurisdicional, antes da audiência, e necessidade de adiamento	272
4.12.7.4	Tentativa de conciliação	273



	4.12.7.5	Produção das provas	273
	4.12.7.6	Debates orais ou apresentação de memoriais.....	273
	4.12.7.7	Prolação da sentença em audiência.....	274
	4.12.7.7.1	Prolação da sentença na audiência ou fora dela.....	274
	4.12.7.7.2	O juiz que encerrou a audiência é o que deverá proferir a sentença (art. 132 do CPC). Princípio da <i>identidade física do juiz</i>	275
	4.12.7.7.3	Intimação da sentença.....	276
4.13	Sentença		276
	4.13.1	Conceito de sentença	276
	4.13.1.1	A definição <i>legal</i> de sentença (art. 162, § 1.º do CPC).....	276
	4.13.1.2	Coincidência, ou não, com o término do procedimento, em primeiro grau de jurisdição	277
	4.13.1.3	<i>Conteúdo</i> da sentença. Sentenças processuais (ou “terminativas”) e de mérito (ou “definitivas”).....	278
	4.13.1.4	Encerramento do procedimento, nas ações de conhecimento “puras”.....	280
	4.13.1.5	Encerramento da fase cognitiva do processo, nas ações em que a sentença é executiva	281
	4.13.1.6	Sentenças parciais, proferidas <i>antes</i> do encerramento das atividades cognitivas, em 1.º grau de jurisdição, e recurso cabível.....	282
	4.13.1.7	Relevância prática da distinção entre a sentença referida no art. 475-J e as mencionadas nos arts. 461 e 461-A do CPC.....	283
	4.13.2	Elementos da sentença.....	284
	4.13.2.1	<i>Requisitos e elementos da sentença</i>	284
	4.13.2.2	Relatório.....	285
	4.13.2.3	Motivação	285
	4.13.2.4	O papel dos precedentes jurisprudenciais na fundamentação. <i>Distinguishing</i> e <i>overruling</i>	286
	4.13.2.5	Análise <i>lógica</i> das questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas.....	287
	4.13.2.6	Sentença <i>sem</i> fundamentação	288
	4.13.2.7	Fundamentação implícita: ausência de motivação ...	289



4.13.2.8	Fundamentação <i>concisa</i> , mas <i>suficiente</i>	289
4.13.2.9	Motivação <i>per relationem</i> (ou <i>aliunde</i>).....	290
4.13.2.10	Dispositivo (art. 458, inciso III do CPC).....	291
4.13.3	Correlação entre pedido (e causa de pedir) e sentença	292
4.13.3.1	Sentenças <i>infra</i> , <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>	292
4.13.3.2	Juros e correção monetária. Hipóteses em que pode haver julgamento <i>extra petita</i>	292
4.13.3.3	Inexistência de julgamento <i>extra</i> ou <i>ultra petita</i> , em ação de desapropriação, quando o valor identificado na perícia supera o fixado no pedido.....	293
4.13.4	Possibilidade de alteração da sentença, pelo próprio juízo que a proferiu.....	293
4.13.4.1	As hipóteses descritas no art. 463 do CPC	293
4.13.4.2	Juízo de retratação	295
4.13.5	Sentenças juridicamente inexistentes, nulas e rescindíveis.....	295
4.14	Coisa julgada	296
4.14.1	Coisa julgada e imutabilidade do comando sentencial	296
4.14.2	Coisa julgada e segurança jurídica.....	297
4.14.3	Pronunciamentos judiciais que não transitam em julgado e pronunciamentos que, embora tenham transitado em julgado, podem ser rescindidos	298
4.14.4	Teorias substantiva e processual da coisa julgada.....	299
4.14.5	Vinculação das partes aos efeitos da sentença transitada em julgado.....	301
4.14.6	Função negativa da coisa julgada.....	301
4.14.7	Coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum probationis</i> e <i>secundum eventum litis</i>	302
4.14.8	Limites objetivos da coisa julgada	302
4.14.8.1	Restrição da coisa julgada ao dispositivo da sentença	302
4.14.8.2	Coisa julgada, <i>obiter dicta</i> e <i>ratio decidendi</i> . Transcendência dos motivos determinantes	303
4.14.9	Juros e correção monetária: alteração dos critérios fixados judicialmente e fixação, em caso de omissão da sentença.....	305
4.14.10	Coisa julgada e relação jurídica continuativa. Ações de alimentos e tributárias.....	306
4.14.11	Distinção entre coisa julgada formal e material. Eficácia preclusiva e coisa julgada.....	307



4.14.12	Princípio do dedutível e do deduzido.....	308
4.14.13	Coisa julgada e pedido não decidido	309
4.14.14	Limites subjetivos da coisa julgada.....	310
4.15	Cumprimento de sentença.....	311
4.15.1	Distinção entre <i>cumprimento</i> e <i>execução</i> de sentença	311
4.15.2	Cumprimento de sentença condenatória e de sentença homologatória. Distinção	312
4.15.3	Distinção entre a multa prevista no art. 475-J do CPC e outras multas.....	313
4.15.4	Incidência e cobrança da multa referida no art. 475-J do CPC. Distinção.....	313
4.15.5	Termo inicial do prazo a que se refere o art. 475-J do CPC para o cumprimento da sentença.....	314
	<i>Fluxograma 3</i>	315
	<i>Fluxograma 4</i>	316

5

Procedimento sumário

5.1	Relação entre o procedimento sumário e outros procedimentos, especialmente o comum ordinário	317
5.1.1	Procedimento comum sumário e procedimentos especiais	317
5.1.2	Aplicação supletiva das regras do procedimento ordinário ao procedimento sumário.....	318
5.1.3	Ausência de liberdade de escolha entre os procedimentos ordinário e sumário.....	318
5.1.4	Adoção do procedimento ordinário ao invés do sumário, em razão do acúmulo de processos e da inviabilidade de realização de audiência referida no art. 277 no prazo legal	319
5.1.5	Conversão do procedimento ordinário em sumário.....	320
5.2	Admissibilidade do procedimento sumário	321
5.2.1	Procedimento sumário em razão do valor da causa	321
5.2.2	Procedimento sumário em razão da matéria	321
5.3	Petição inicial.....	322
5.3.1	Indicação das provas, apresentação do rol de testemunhas e requerimento de perícia.....	322
5.3.2	Cumulação de pedidos	323
5.4	Citação, advertência a que se refere o art. 277 do CPC e revelia	323

5.5	Resposta do réu e réplica do autor	324
5.5.1	Não realização da citação no prazo referido no art. 277, <i>caput</i> , do CPC e adiamento da audiência	324
5.5.2	Comparecimento do advogado da parte, mas não desta, à audiência de conciliação	324
5.5.3	Obtenção da conciliação	325
5.5.4	Resposta do réu, revelia e pedido contraposto	325
5.5.5	Inadmissibilidade de ação declaratória incidental e alternativas possíveis	326
5.5.6	Exceção de incompetência e aplicação do art. 305, parágrafo único do CPC, no procedimento sumário	327
5.5.7	Inadmissibilidade, como regra, de intervenção de terceiros. Exceções	328
5.5.8	Réplica do autor	328
5.6	Atividade probatória	328
5.7	Prolação da sentença. Hipóteses em que a sentença deve ser obrigatoriamente líquida	329
	Bibliografia	331
	Índice alfabético-remissivo	353

